

# **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## **MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS**

**Exercício de 2016**



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)

Presidente da Câmara

Membros do Órgão Executivo

Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
2. Procedemos à revisão legal das contas do **Município de Porto de Mós** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as ISA e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 06 de abril de 2017.
3. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:
  - 3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;
  - 3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;
  - 3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
  - 3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
  - 3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
  - 3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;
4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:
  - 4.1. Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimento que considerámos necessários;



- 4.2.** Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;
- 4.3.** Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- 4.4.** Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;
- 4.5.** Emissão do relatório semestral, conforme disposto na alínea d) do n.º 2 do art. 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;
- 4.6.** Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
- a) Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
  - b) Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
  - c) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
  - d) Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
  - e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
  - f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
  - g) Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
  - h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
  - i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
  - j) Outros testes considerados relevantes.
- 4.7.** Solicitação da declaração do órgão executivo.
- 5.** Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e



**MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS**

**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A**

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176\* CMVM nº 20161478

significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.

6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.



## **I. Introdução**

1. O Município de Porto de Mós, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 505 586 401;
2. A sede do Município está localizada na Praça da República;
3. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas no decreto-lei nº competências e atribuições definidas no decreto-lei nº 75/2013 de 12 de setembro.
4. Em 31 de dezembro de 2016, o município contava com 307 funcionários, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.
5. Os membros do órgão executivo são assim compostos:

<b>CARGO</b>	<b>TITULAR</b>
Presidente	João Salgueiro
Vice-presidente	Albino Januário
Vereador	Anabela Martins
Vereador	Rui Marto
Vereador	Rita Cerejo
Vereador	António Ferreira
Vereador	Nélia Nogueira

6. Legislação específica: Lei 73/2013 de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais; e POCAL.



## II. Principais políticas contabilísticas

### 2.1. Políticas Contabilísticas da Autarquia

#### 2.1.1. Amortizações e Reintegrações

Os critérios utilizados para as amortizações e reintegrações do imobilizado consideram-se, na generalidade, dentro dos limites da razoabilidade e apresentam-se consistentes com os que vinham a ser utilizados no exercício anterior.

#### 2.1.2. Valorimetria

##### 3.1.2.1 Existências

As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

##### 3.1.2.2 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

##### 3.1.2.3 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

##### 3.1.2.4 Investimentos financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município de Porto de Mós encontram-se registadas ao custo de aquisição.

#### 2.1.3. Especialização de exercícios

Não tivemos conhecimento de situações que coloquem em causa este princípio.

### 2.2. Conformidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Município de Porto de Mós, com as salvaguardas referidas no presente relatório, estão em conformidade com as normas contabilísticas nacionais e internacionais aplicáveis, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.



### III. Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2016, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros

#### 3.1. Imobilizado

##### 3.1.1. Imobilizado Incorpóreo

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ 2015	AQUISIÇÕES	ABATES	TRANSFER.	31 DEZ 2016
<b>43</b>	<b>IMOBILIZADO INCORPÓREO</b>					
1	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Despesas de Investigação e Desenvolv.	130 254,33	0,00	0,00	0,00	130 254,33
3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00
4	Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>443</b>	Imobilizado em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL IMOB. BRUTO</b>	<b>135 254,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>135 254,33</b>
<b>48</b>	<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>					
31	Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Despesas de Investigação e Desenvolv.	43 413,77	43 413,77	0,00	0,00	86 827,54
33	Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL AMORTIZAÇÕES</b>	<b>43 413,77</b>	<b>43 413,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>86 827,54</b>
	<b>NET</b>	<b>91 840,56</b>	<b>43 413,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>48 426,79</b>

As imobilizações incorpóreas são amortizadas por um período de 3 anos, conforme critérios de valorimetria do POCAL (ponto 4.1.8.)



### 3.1.2. Imobilizado Corpóreo e Bens de Domínio Público

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ 2015	AQUISIÇÕES	ABATES	TRANSFER.	31 DEZ 2016
<b>42</b>	<b>IMOBILIZADO CORPÓREO</b>					
1	Terrenos e Recursos Naturais	5 079 022,67	156 538,19	34 000,00	0,00	5 201 560,86
2	Edifícios e Outras Construções	32 233 154,22	2 087 930,61	334 702,96	1 905 281,02	35 891 662,89
3	Equipamento Básico	4 963 874,44	332 473,26	49 792,19	41 293,89	5 287 849,40
4	Equipamento Transporte	2 220 735,46	21 178,08	0,00	0,00	2 241 913,54
5	Ferramentas e Utensílios	152 217,47	4 385,86	0,00	0,00	156 603,33
6	Equipamento Administrativo	1 310 484,75	33 159,56	24 846,34	41 869,01	1 360 666,98
7	Taras e Vasilhame	202,95	153,75	0,00	0,00	356,70
9	Outras Imobilizações Corpóreas	106 150,68	615,00	0,00	14 978,77	121 744,45
	<b>Sub-Total</b>	<b>46 065 842,64</b>	<b>2 636 434,31</b>	<b>443 341,49</b>	<b>2 003 422,69</b>	<b>50 262 358,15</b>
442	Imobilizado em Curso	963 649,93	3 442 289,03	0,00	-2 000 450,40	2 405 488,56
448	Adiantamentos P/ Conta Imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>					
451	Terrenos e Recursos Naturais	4 200,00	0,00	0,00	0,00	4 200,00
452	Edifícios	125 618,72	0,00	0,00	0,00	125 618,72
453	Outras Construções e Infraestruturas	33 938 845,42	20 200,29	0,00	1 294 919,20	35 253 964,91
455	Bens Pat. Hist. Artístico	77 562,92	0,00	0,00	0,00	77 562,92
459	Outros Bens de Domínio Público	60 543,00	0,00	0,00	0,00	60 543,00
	<b>Sub-Total</b>	<b>34 206 770,06</b>	<b>20 200,29</b>	<b>0,00</b>	<b>1 294 919,20</b>	<b>35 521 889,55</b>
445	Imobilizado em Curso	375 969,45	1 220 028,56	0,00	-1 297 891,49	298 106,52
446	Adiantamentos P/ Conta O.B.D. Público	0,00				0,00
	<b>TOTAL IMOB. BRUTO</b>	<b>81 612 232,08</b>	<b>7 318 952,19</b>	<b>443 341,49</b>	<b>0,00</b>	<b>88 487 842,78</b>
<b>48</b>	<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>					
21	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Edifícios e Outras Construções	7 315 653,43	1 831 214,83	680 175,21	0,00	8 466 693,05
23	Equipamento Básico	3 203 487,30	410 531,09	48 478,96	0,00	3 565 539,43
24	Equipamento Transporte	1 824 271,11	81 184,25	0,00	0,00	1 905 455,36
25	Ferramentas e Utensílios	127 340,98	9 473,39	0,00	0,00	136 814,37
26	Equipamento Administrativo	1 093 359,92	107 710,38	25 099,96	0,00	1 175 970,34
27	Taras e Vasilhame	67,64	86,86	0,00	0,00	154,50
29	Outras Imobilizações Corpóreas	27 775,09	3 933,34	0,00	0,00	31 708,43
52	Edifícios	6 280,94	8 230,94	0,00	0,00	12 561,88
53	Outras Construções e Infraestruturas	16 993 044,47	1 756 191,79	0,00	0,00	18 749 236,26
55	Bens Pat. Hist. Artístico	23 108,75	3 301,25	0,00	0,00	26 410,00
59	Outros Bens de Domínio Público	18 162,90	3 027,15	0,00	0,00	21 190,05
	<b>TOTAL AMORTIZAÇÕES</b>	<b>30 632 552,53</b>	<b>4 212 935,27</b>	<b>753 754,13</b>	<b>0,00</b>	<b>34 091 733,67</b>
	<b>NET</b>	<b>50 979 679,55</b>	<b>3 106 016,92</b>	<b>-310 412,64</b>	<b>0,00</b>	<b>54 396 109,11</b>

Dos movimentos ocorridos na rubrica de imobilizado corpóreo destacamos:

- Por deliberação do órgão executivo de 27-12-2016, foi contabilizado o montante de 1.919.716,58€ euros na conta edifícios e outras construções, respeitante a bens que não estavam incluídos no património do Município ou que estando, estavam valorizados a zero.
- Todas as aquisições de terrenos e de edifícios em 2016 foram escrituradas e registadas na conservatória;
- Foi transferido para a conta de edifícios e outras construções o valor de 1.905.281,02 euros de imobilizado em curso.





Dos movimentos ocorridos na rubrica de Bens de Domínio Público destacamos a transferência do valor de 1.297.891,49 euros de imobilizado em curso para outras construções e infraestruturas.

Os bens de domínio público: terrenos e recursos naturais e bens do património histórico e cultural não estão sujeitos a depreciação, conforme estipulado na al. g), nº1 do art. 36º e na al. a).nº1 do art. 36º da Portaria nº 671/00 de 17 de Abril (CIBE), respetivamente.

Tal como divulgado na nota 8.2.14 do Anexo ao balanço e às Demonstrações Financeiras, não tomámos conhecimento de que as Demonstrações Financeiras não reflitam universalidade dos bens de domínio público, tanto em quantidade, como em valor materialmente relevante.

Dos testes efectuados às amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas máximas previstas na Portaria nº 671/2000 (II série) de 17 de abril.

Efectuamos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detetadas quaisquer diferenças.

De referir que as aquisições de imobilizado efectuado no exercício de 2016 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

Os imóveis do Município encontram-se cobertos por seguros.

Conforme nota 8.2.14 das notas ao balanço e à demonstração de resultados há bens, nomeadamente equipamento básico e administrativo, que foram inventariados em exercícios anteriores com valor zero, uma vez que eram bens antigos, não existia documentos de suporte à sua aquisição e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado,

Existem ainda bens que foram doados ao Município e integrados no património por deliberação do órgão executivo cuja valorização não foi possível apurar, pelo que os mesmos assumiram o valor zero, aquando da sua integração no inventário.

No entanto ainda existe património que não está evidenciado nas demonstrações financeiras por não estar em nome do Município.

Recomendamos que sejam encetados os procedimentos necessários com o intuito de afetar esses bens à titularidade do Município.



### 3.2. Investimentos Financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2016 encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado
Investimentos financeiros			
Partes de capital			
Empresas municipais e intermunicipais			
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	86 600,00 €	4,33%	Método Custo
AdCL-Águas do Centro Litoral, SA (Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.)	81 055,00 €	0,20%	Método Custo
Empresas privadas ou cooperativas			
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional EIM, S.A.	7 500,00 €	0,55%	Método Custo
Mapicentro, S.A.	230,00 €	0,01%	Método Custo
Open Associação para Oportunidades Esp. De Negócio	500,00 €	0,00%	Método Custo
	<b>175 885,00 €</b>		
Obrigações e Títulos de Participação			
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	815 030,02 €		
	<b>815 030,02 €</b>		
<b>Total</b>	<b>990 915,02 €</b>		

Os testes efetuados permitiram-nos concluir que, em termos globais, o valor contabilístico das participações é superior ao seu custo de aquisição. No entanto, tendo em atenção o princípio da prudência o Município criou as seguintes provisões:

Empresa	Valor da Participação	Provisão
Investimentos financeiros		
Partes de capital		
Empresas municipais e intermunicipais		
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	86 600,00 €	- €
AdCL-Águas do Centro Litoral, SA (Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.)	81 055,00 €	- €
Empresas privadas ou cooperativas		
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional EIM, S.A.	7 500,00 €	4 030,96 €
Mapicentro, S.A.	230,00 €	198,91 €
Open Associação para Oportunidades Esp. De Negócio	500,00 €	- €
<b>Total</b>	<b>175 885,00 €</b>	<b>4 229,87 €</b>

Consideramos adequado o valor da provisão.



### 3.3. Existências

Existências	31.12.16	31.12.15
Mercadorias	1 264 200,68	1 472 003,85
Matérias-primas	15 234,61	8 638,13
Materias diversos	172 336,25	179 773,74
<b>Total</b>	<b>1 451 771,54</b>	<b>1 660 415,72</b>

O saldo de balanço respeita às mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2016.

Foi realizada uma contagem física durante o ano 2016, a 31 de dezembro de 2016, tendo sido presenciada pelos auditores.

Na sequência das contagens físicas, foram detetadas algumas diferenças entre sistema de gestão de stock (GES) e o existente em armazéns, o que deu origem a uma regularização.

### 3.4. Clientes

À data de 31 de dezembro de 2016 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Clientes	31.12.16	31.12.15
Clientes c/c	0,00	0,00
Contribuintes c/c	32 077,07	22 210,79
Utentes c/c	329 551,68	295 840,14
Clientes c/caução	0,00	0,00
Clientes/Utentes/Cont. Cob. Duv.	56 662,80	49 884,38
<b>Total</b>	<b>418 291,55</b>	<b>367 935,31</b>

Tendo por base o estipulado no POCAL no ponto 2.7.1- provisões, o Município reforçou a provisão para clientes de cobrança duvidosa para 6.778,42 euros.

Provisões	31.12.16	31.12.15
Para Cobranças duvidosas	56.662,80	49.884,38
<b>Total</b>	<b>56.662,80</b>	<b>49.884,38</b>

Dado que a maior parte dos clientes são particulares não foi efectuada a circularização dos saldos.



### 3.5. Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2016, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

<b>Estado e O. E. Públicos</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Retenção de Imp. s/Rend	-24 783,71	-26 499,29
Imposto s/ Valor Acrescentado	224 798,15	195 045,28
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a S.S. e CGA	-107 844,04	-94 606,02
Outras tributações	-20 380,44	-137,25
<b>Total</b>	<b>71 789,96</b>	<b>73 802,72</b>

O saldo da rubrica "Imposto sobre o valor a Acrescentado" respeita a um valor a recuperar, no montante de 224.798,15 euros.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, aos descontos para a segurança social, e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.

Testámos, por amostragem, igualmente a adequabilidade da aplicação das taxas de retenção na fonte, da segurança social e da caixa geral de aposentações, não tendo detetado discrepâncias.

### 3.6. Outros Devedores e Credores

À data de 31 de dezembro de 2016, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

<b>Outros Devedores e Credores</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Fornecedores de Imobilizado	16 367,68	35 235,82
Leasing	0,00	11 969,75
Sindicatos	3 015,64	3 198,42
Pessoal	26 911,17	18 300,17
Administração Autarquica	17 098,10	-2 933,98
Devedores e Credores Diversos	1 281 758,23	1 101 660,00
<b>Total</b>	<b>1 345 150,82</b>	<b>1 167 430,18</b>

Efetuámos a circularização dos saldos de fornecedores de imobilizado à data de 31 de dezembro de 2016, selecionando 94,92%, do saldo. Em relação aos pedidos que não obtivemos resposta foram efetuados procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, analisando a informação obtida e comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido detetadas discrepâncias.



Na rubrica do pessoal foram testados, com base numa amostra aleatória, 72 recibos de vencimento (referentes ao processamento de salários do mês de março, junho, setembro e de dezembro). Efetuamos, o cruzamento da informação constante na folha de remunerações com cadastro individual e testamos a adequação das taxas de retenção na fonte, das taxas de segurança social, das taxas da Caixa Geral de Aposentações e da ADSE. Da amostra selecionada não foram detetadas exceções dignas de realce.

### 3.7. Disponibilidades

À data de 31 de dezembro de 2016 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Disponibilidades	31.12.16	31.12.15
<i>Caixa</i>	1.738,82	879,81
<i>Depósitos</i>		
Caixa Geral de Depósitos	535.730,94	251.546,21
Caixa Económica Montepio Geral	897.704,16	555.484,84
Novo Banco	37.036,30	19.106,90
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	48.071,86	16.248,49
Banco Santander Totta	45.405,29	61.159,82
Millenium BCP	1.052.127,96	1.043.773,74
Banco BPI	51.013,15	4.249,33
Banco BIC	1.015.874,58	1.019.624,25
	<u>3.682.964,24</u>	<u>2.971.193,58</u>
<b>Total</b>	<b>3.684.703,06</b>	<b>2.972.073,39</b>

A caixa não funciona em sistema de fundo fixo, contudo, são efectuadas contagens diárias pelo responsável da caixa. O manual de controlo interno é cumprido pelos funcionários desta área

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2016, tendo sido obtida resposta.

Efetuámos testes às reconciliações bancárias preparadas pelo Município com referência a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2016, tendo-se verificado que as diferenças de reconciliação se encontravam devidamente justificadas e materializadas.

À data de 31 de dezembro os depósitos a prazo do município ascendiam a 2.501.702,06 euros.



### 3.8. Acréscimos e diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Acréscimos de proveitos	3 847 640,57	3 889 604,37
Custos diferidos	45 303,14	6 953,70
Acréscimos de custos	-651 133,73	-602 969,39
Proveitos diferidos	-12 098 654,85	-11 482 695,63
<b>Total</b>	<b>-8 856 844,87</b>	<b>-8 189 106,95</b>

Do total de saldo da rubrica acréscimos de proveitos evidenciamos o valor de 2.593.807,00 euros referente à estimativa do IMI, o montante de 363.145,00 euros relacionado com a derrama e a participação no IRS no valor 593.515,00 euros referente ao ano de 2016, a receber no ano de 2017. Dos testes efectuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

No tocante aos custos diferidos salientamos a especialização dos seguros. Dos testes efectuados concluímos que os valores apurados são adequados.

Do valor evidenciado em acréscimos de custos, salientamos o montante de 560.265,18 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e os respetivos encargos, vencidos em 2016, a liquidar em 2017. Dos testes efetuados consideramos que a estimativa se releva adequada.

No respeitante aos proveitos diferidos salientamos o montante de 12.098.654,85 euros referente aos subsídios recebidos. Os montantes não foram circularizados junto das respetivas entidades.



### 3.9. Fundos próprios

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	17 634 090,22	1 923 759,23	13 993,39	19 543 856,06
	0,00			0,00
	<b>17 634 090,22</b>	<b>1 923 759,23</b>	<b>13 993,39</b>	<b>19 543 856,06</b>
55 Ajustamentos Partes Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
56 Reservas de Reavaliação	0,00			0,00
57 Reservas	0,00			0,00
571 Reservas Legais	993 381,26	101 224,31		1 094 605,57
572 Reservas Estatutárias	0,00			0,00
573 Reservas Contratuais	0,00			0,00
574 Reservas Livres	0,00			0,00
575 Subsídios	0,00			0,00
576 Doações	18 410,30			18 410,30
	<b>1 011 791,56</b>	<b>101 224,31</b>	<b>0,00</b>	<b>1 113 015,87</b>
59 Resultados Transitados	24 215 566,61	2 704 661,46	690 070,00	26 230 158,07
88 Resultado Líquido do Exercício	2 024 486,25	1 438 587,19	2 024 486,25	1 438 587,19
89 Dividendos Antecipados	0,00			0,00
<b>T O T A L</b>	<b>44 885 934,64</b>	<b>6 168 232,19</b>	<b>2 728 549,64</b>	<b>48 325 617,19</b>

Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido do exercício de 2015 no valor de 2.024.486,25 euros, da seguinte forma:
  - Resultados transitados – 1.923.261,94 euros
  - Reservas legais – 101.224,31 euros
- A rubrica de resultados transitados teve um aumento líquido no exercício de 2016 de 2.024.486,25 euros, que diz respeito a regularizações de amortizações de bens imóveis referentes a anos anteriores.
- O resultado líquido do exercício de 2016 foi de 1.438.357,19 euros.
- O aumento da conta 51 – Património deve-se ao facto de em 2016, o município ter valorizado algum imobilizado que se encontrava a valor zero, com a constituição de uma comissão, conforme recomendado no relatório de auditoria do ano de 2015.

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2016 a conta de património evidencia um saldo de 19.543.856,06 euros, o que corresponde a cerca de 30% do ativo. Esta situação encontra-se em cumprimento com o previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL (é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo).





### 3.10. Dívidas a instituições de crédito

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2016, é a seguinte:

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.16	31.12.15
Empréstimos Bancários		
Médio e Longo Prazo		
Caixa Geral de Depósitos	705 727,35	835 005,65
Banco Santander Totta	120 846,66	145 976,05
Banco BPI	1 123 052,23	1 209 534,28
Novo Banco	323 076,95	369 230,80
<b>Total</b>	<b>2 272 703,19</b>	<b>2 559 746,78</b>

Solicitamos ao município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

O município desagregou os empréstimos de médio e longo prazo, de acordo com a nota explicativa da Satapocal, em componente a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo:

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.16
Empréstimos Bancários	
<u>Componente a pagar no médio e longo prazo</u>	
Médio e Longo Prazo	
Caixa Geral de Depósitos	575 934,27
Banco Santander Totta	100 459,70
Banco BPI	1 035 052,23
Novo Banco	276 922,95
<b>Total</b>	<b>1 988 369,15</b>

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.16
Empréstimos Bancários	
<u>Componente a pagar no curto prazo</u>	
Caixa Geral de Depósitos	129 793,08
Banco Santander Totta	20 386,96
Banco BPI	88 000,00
Novo Banco	46 154,00
<b>Total</b>	<b>284 334,04</b>

### 3.11. Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

Fornecedores	31.12.16	31.12.15
Fornecedores c/c	200 798,29	279 948,98
<b>Total</b>	<b>200 798,29</b>	<b>279 948,98</b>





Efetuamos a circularização dos saldos de fornecedores à data de 31 de dezembro de 2016. Seleccionámos 64,80% do saldo tendo obtido resposta de 58,82%. Destes, 29,41% eram respostas concordantes e 59,41% foram respostas reconciliadas. Em relação aos fornecedores que não responderam (41,18%) efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

### 3.12. Provisões para Riscos e Encargos

No âmbito do processo de circularização junto dos advogados que prestam serviços ao município obtivemos resposta das seguintes sociedades de advogados: Vieira da Luz & associados e VPSM & Associados-sociedade de advogados, R.L.

Identificamos 6 ações judiciais em curso à data de 31 de dezembro de 2016. O valor destas ações totaliza 120.594,96 euros. Em relação a duas ações que totalizam 44.963,96 euros, os advogados são da opinião que não haverá responsabilidades para o município. Numa ação judicial a responsabilidade do Município não está quantificada. As restantes ações judiciais no valor de 75.631 euros, podem provocar potenciais reponsabilidades para o município no valor de 67.334,27 euros.

Estas responsabilidades, decorrentes de risco de natureza específica, susceptível de, no futuro, se traduzir numa obrigação para o município não estão relevadas nas demonstrações financeiras.

Conforme decorre do ponto 2.7.1. do POCAL *“a constituição de provisões deve respeitar apenas situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a importância ser superior às necessidades(...) são consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente(...) a obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso”.*

Este parece ser também o entendimento do Tribunal de Contas, onde no seu relatório nº9/2013 – 2ª seção, relativo a uma auditoria financeira realizada ao município do Alandroal, conclui o seguinte: *“Na sequência das indagações realizadas junto dos serviços de apoio jurídico apura-se a existência de 34 ações judiciais (...) envolvendo a reclamação de verbas no montante M€ 2,4. A autarquia não constituiu provisões para riscos e encargos decorrentes das referidas ações judiciais (...);”* recomendando o seguinte: *“Dar maior rigor e ponderação na constituição de provisões (...) para riscos e encargos de modo a espelhar no balanço, de forma adequada, riscos e responsabilidades de ocorrência provável ou certa, mas incerta quanto ao seu valor ou data de ocorrência.”*

Apesar do órgão executivo, tal como é referido no ponto 8.2.3, al. g) das notas ao balanço e à demonstração de resultados, não prever quaisquer responsabilidades para o município, tendo em atenção o princípio da prudência, previsto no POCAL, aconselhamos que o município constitua uma provisão para este possível encargo. A criação de uma provisão, no exercício de 2016, no valor de 67.334,27 euros o que iria diminuir o resultado e aumentar o passivo.



#### IV. Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de imobilizado representam 85,2% do ativo do município. Destas, são as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público, as rubricas mais relevantes;
- Face ao período homólogo as imobilizações corpóreas aumentaram 11,8% (cerca 3.947.974,00 euros);
- Em relação às restantes rubricas do ativo destacamos o aumento de 23,98% nos depósitos bancários e caixa e a diminuição (-232.821,54 euros) nos outros devedores;
- Face ao período homólogo o ativo aumentou 6,06%, essencialmente fruto do aumento verificado nas imobilizações corpóreas;
- As principais rúbricas do passivo são os proveitos diferidos (72,4%) e as dívidas a instituições de crédito (13,6%);
- As dívidas a terceiros, de curto prazo aumentaram 37,59% fruto do aumento verificado nos outros credores e da reclassificação da dívida de médio/longo prazo, que se vencerá em 2017, como dívida de curto prazo (cerca de 400.000,00 euros). Fruto desta reclassificação as dívidas a terceiros de médio/longo prazo diminuíram em 24,68% face ao período homólogo;
- As principais rubricas de custos são os custos com o pessoal (30,34%), os fornecimentos e serviços externos (32,96%) e as amortizações do exercício (22,69%). Face ao verificado no período homólogo os custos com o pessoal aumentaram 4,45%, as amortizações do exercício aumentaram 9,63% e os fornecimentos e serviços externos aumentaram em 1,97%;
- Os custos financeiros sofreram uma diminuição de 51,46%;
- A principal rubrica de proveitos são as transferências e subsídios obtidos, que face ao período homólogo aumentou 3,32%;
- Os proveitos e ganhos financeiros aumentaram 235,81%.
- O resultado líquido do exercício, os resultados extraordinários e os resultados operacionais diminuíram face ao ano anterior, enquanto que os resultados financeiros apresentam melhorias.



## V. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

Indicadores		2016		2015		Varição	
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Circulante	5.723.167,00	377,06%	5.378.672,36	487,59%	-110,53%
		Passivo Circulante	1.517.825,82		1.103.111,74		
	Liquidez Reduzida	Ativo circulante - existências	4.271.395,46	281,42%	3.718.256,64	337,07%	-55,65%
		Passivo circulante	1.517.825,82		1.103.111,74		
	Liquidez imediata	Disponibilidades	3.684.703,06	242,76%	2.972.073,39	269,43%	-26,66%
		Passivo circulante	1.517.825,82		1.103.111,74		
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes	50.779.717,36	91,61%	48.144.278,44	92,48%	-0,87%
		Imobilizado líquido	55.431.221,05		52.057.824,77		
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c p	1.517.825,82	2,74%	1.103.111,74	2,12%	0,62%
		Imobilizado líquido	55.431.221,05		52.057.824,77		
Endividamento	Endividamento	Passivo	16.721.714,57	25,71%	16.447.120,56	26,82%	-1,11%
		Ativo Líquido	65.047.331,76		61.333.055,20		
	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP	2.454.100,17	14,68%	3.258.343,80	19,81%	-5,13%
		Passivo	16.721.714,57		16.447.120,56		
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP	1.988.369,15	11,89%	2.559.746,78	15,56%	-3,67%
		Passivo	16.721.714,57		16.447.120,56		
	Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP	1.517.825,82	9,08%	1.103.111,74	6,71%	2,37%
		Passivo	16.721.714,57		16.447.120,56		



## VI. Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

Com referência a 31 de dezembro de 2016 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DA DESPESA	VALOR	%	EXECUÇÃO DA RECEITA	VALOR	%
DESPESAS CORRENTES	12 085 688,72	91%	RECEITAS CORRENTES	15 902 657,80	103%
DESPESAS DE CAPITAL	5 935 537,03	90%	RECEITAS DE CAPITAL	2 705 468,31	126%
<b>TOTAL</b>	<b>18 021 225,75</b>	<b>91%</b>	OUTRAS RECEITAS	2 266 485,57	100%
			<b>TOTAL</b>	<b>20 874 611,68</b>	<b>105%</b>

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Porto de Mós com referência a 31 de dezembro de 2016, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (105%) é superior à execução da despesa total (91%). A execução das receitas encontra-se acima do orçamentado, ao contrário do que acontece com a execução da despesa.

Chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de Setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. O Município de Porto de Mós, apresentou no exercício de 2016 uma taxa de execução das receitas de 105%, no exercício de 2015 essa taxa foi de 95%.



### 6.1. Controlo orçamental da receita<sup>1</sup>

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2016, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de cerca de € 1 034 411,51, 5,21%).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PESO %	Receita Cobrada Líquida N	GRAU DE EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO N-1
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3 930 678,00	19,8%	4 188 918,47	106,57%	100,5%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	72 470,00	0,4%	124 415,14	171,68%	71,0%
04	TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	266 585,00	1,3%	291 366,36	109,30%	124,7%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	975 500,00	4,9%	1 245 550,98	127,68%	81,2%
06	TRANSFERENCIAS CORRENTES	7 768 343,00	39,2%	7 679 056,73	98,85%	97,9%
07	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS	2 394 430,00	12,1%	2 342 467,77	97,83%	102,9%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17 000,00	0,1%	30 882,35	181,66%	12,8%
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>15 425 006,00</b>	<b>77,7%</b>	<b>15 902 657,80</b>	<b>103,10%</b>	<b>98,10%</b>
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	102 075,00	0,5%	340 317,00	333,40%	141,85%
10	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2 016 237,00	10,2%	2 365 151,31	117,31%	51,09%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	4 500,00	0,0%	0,00	0,00%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	0,00	-	-
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	25 000,00	0,1%	0,00	0,00%	86,67%
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>2 147 812,00</b>	<b>10,8%</b>	<b>2 705 468,31</b>	<b>125,96%</b>	<b>59,97%</b>
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 000,00	0,0%	103,40	10,34%	137,96%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2 266 382,17	11,4%	2 266 382,17	100,00%	100,00%
<b>TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS</b>		<b>2 267 382,17</b>	<b>11,4%</b>	<b>2 266 485,57</b>	<b>99,96%</b>	<b>100,01%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>19 840 200,17</b>	<b>100,0%</b>	<b>20 874 611,68</b>	<b>105,21%</b>	<b>94,98%</b>

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são os impostos diretos (representam 19,8% do total das receitas), as transferências correntes (representam 39,2% do total das receitas) e as vendas de bens e serviços (representam 12,1% do total das receitas).

Podemos também verificar que das receitas correntes apenas as transferências correntes e as vendas de bens e serviços ficaram abaixo do montante orçamentado. Em relação às receitas de capital, as vendas de bens de investimento e as transferências de capital ficaram acima do montante orçamentado.

A taxa de execução da receita corrente e da receita de capital, em comparação com o período homólogo, teve uma variação positiva de 5,00 pontos percentuais e de 66,00 pontos percentuais respetivamente. No global a taxa de execução da receita teve uma variação positiva de 10,24 pontos percentuais.

<sup>1</sup> Para efeitos de cálculo consideramos a receita líquida.



## 6.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2016, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de € -1 818 974,42 (desvio de cerca de -9,17%).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES	PESO %	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO N-1
01	CUSTOS COM O PESSOAL	5 202 851,58	26,22%	4 849 086,60	93,20%	93,17%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7 053 867,22	35,55%	6 293 553,47	89,22%	84,83%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	14 111,13	0,07%	11 413,59	80,88%	64,19%
04	TRANSFERENCIAS CORRENTES	836 530,00	4,22%	790 084,89	94,45%	93,63%
05	SUBSIDIOS	200,00	0,00%	0,00	0,00%	-
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	156 548,25	0,79%	141 550,17	90,42%	81,67%
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>		<b>13 264 108,18</b>	<b>66,85%</b>	<b>12 085 688,72</b>	<b>91,12%</b>	<b>88,54%</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5 718 558,99	28,82%	5 105 685,73	89,28%	69,62%
08	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	285 500,00	1,44%	260 539,58	91,26%	69,88%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	116 433,00	0,59%	116 433,00	100,00%	100,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	288 000,00	1,45%	287 043,59	99,67%	99,78%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	167 600,00	0,84%	165 835,13	98,95%	87,49%
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>6 576 091,99</b>	<b>33,15%</b>	<b>5 935 537,03</b>	<b>90,26%</b>	<b>73,45%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>19 840 200,17</b>	<b>100,00%</b>	<b>18 021 225,75</b>	<b>90,83%</b>	<b>83,43%</b>

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são as despesas com o pessoal (representam 26,22% do total das despesas), a aquisição de bens e serviços (representam 35,55% do total das despesas) e as aquisições de bens de capital (representam 28,82% do total das despesas).

Podemos também verificar que, com exceção dos ativos financeiros, nenhuma despesa ficou acima do montante orçamentado

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 91,12% e de 90,26% respetivamente, o que face ao período homólogo representa uma melhoria de 2,58 pontos percentuais e de 16,81 pontos percentuais, respetivamente. No global a taxa de execução da despesa apresentou uma melhoria de 7,40 pontos percentuais.

A poupança corrente foi de € 3 816 969,08 (utilizando a receita cobrada líquida).





### 6.3. Rácios orçamentais

Os principais rácios orçamentais são:

Indicadores	2016		2015		Varição	Observações
Receita líquida total	20.874.611,68	115,83%	18.528.097,51	113,84%	1,75%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	18.021.225,75		16.275.433,03			
Receita corrente	15.902.657,80	76,18%	15.257.550,14	82,35%	-7,49%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	20.874.611,68		18.528.097,51			
Receita corrente	15.902.657,80	131,58%	15.257.550,14	133,56%	-1,48%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	12.085.688,72		11.423.705,62			
Impostos diretos	4.188.918,47	26,34%	3.999.482,88	26,21%	0,49%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	15.902.657,80		15.257.550,14			
Receita de capital	2.705.468,31	12,96%	1.024.492,63	5,53%	134,39%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	20.874.611,68		18.528.097,51			
Receita de capital	2.705.468,31	45,58%	1.024.492,63	21,12%	115,86%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	5.935.537,03		4.851.727,41			
Despesa corrente	12.085.688,72	67,06%	11.423.705,62	70,19%	-4,45%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	18.021.225,75		16.275.433,03			
Despesa de capital	5.935.537,03	32,94%	4.851.727,41	29,81%	10,49%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	18.021.225,75		16.275.433,03			
Despesas rígidas	5.147.543,78	28,56%	5.399.399,18	33,18%	-13,90%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	18.021.225,75		16.275.433,03			
Despesas rígidas	5.147.543,78	24,66%	5.399.399,18	29,14%	-15,38%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos, os passivos financeiros e as div. no total da receita
Receitas totais	20.874.611,68		18.528.097,51			
Aquisição de bens de capital	5.105.685,73	28,33%	3.808.761,40	23,40%	21,06%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	18.021.225,75		16.275.433,03			

O rácio da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores à despesas totais pagas. Face a 2015 este rácio regista uma melhoria de 1,75%.



#### 6.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2016	2015	Varição	Observações
Poupança corrente	3.816.969,08	3.833.844,52	-16.875,44 -0,44%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	-5,21%	5,02%	-203,80%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	1.034.411,51	-979.896,50	2.014.308,01	
Equilíbrio orçamental corrente	131,58%	133,56%	-1,48%	
Equilíbrio orçamental de capital	45,58%	21,12%	115,86%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indicia que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido formal	116%	114%	1,75%	
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	109%	108%	1,14%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente diminuiu 0,44% (€ 16.875,44) face à verificada no ano anterior.

Em 2016 as receitas cobradas foram superiores às receitas orçamentadas em € 1.034.411,51, enquanto que em 2015, as receitas cobradas face às receitas orçamentadas apresentaram um défice de € -979.896,50. Ou seja, há uma melhoria de € 2.014.308,01 face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal e em sentido substancial.





## VII. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total

De acordo com o mapa de pagamentos em atraso calculado pela DGAL o Município não tem pagamentos em atraso.

No mapa da DGAL o prazo médio de pagamento é de 8 dias. A DGAL considerou as transferências de imobilizado entre contas e as reclassificações de contas como aquisições, na nossa opinião incorretamente. Desconsiderando estes aspetos o prazo médio de pagamento é de 12 dias, abaixo do limite máximo permitido por lei.

Os fundos disponíveis a dezembro de 2016 eram positivos em € 4.994.062,86

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	$\geq 1$ e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4	$\geq 2,25$ e $\leq 3$	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	$> 3$	-	OBRIGATÓRIO

A 31 de dezembro de 2016 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art. 57º da mesma Lei.



**Limite à dívida total**

<b>Receita líquida corrente cobrada nos últimos três anos</b>	<b>Montante</b>
2013	13 914 957
2014	15 306 667
2015	15 257 550
<b>Total</b>	<b>44 479 174</b>
<hr/>	
<b>Média</b>	<b>14 826 391</b>
<hr/>	
<b>Limite à dívida total das operações orçamentais</b> (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3))	<b>22 239 587</b>

O limite da dívida é de 22.239.587 euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 2.610.670 euros A imputação à dívida total da dívida da CIMRL foi efectuada com base em contas provisórias.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Dívida total	3.389.762	3.662.859
Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	35.197	23.880
Dívidas não orçamentais	814.289	705.691
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	<b>2.610.670</b>	<b>2.981.048</b>
Margem absoluta	<b>19.628.917</b>	<b>18.042.918</b>
Margem Disponível	<b>3.925.783</b>	-
Redução do montante em excesso	-	-
Aumento do endividamento	<b>-370.378</b>	<b>584.530</b>
Só aumentou até 20% da margem disponível no início do exercício?	<b>na</b>	<b>SIM</b>

Face ao verificado a 31 de dezembro de 2015 a dívida total diminuiu, sendo a margem disponível do município de 3.924.783 euros

O art. 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro refere que "Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo."

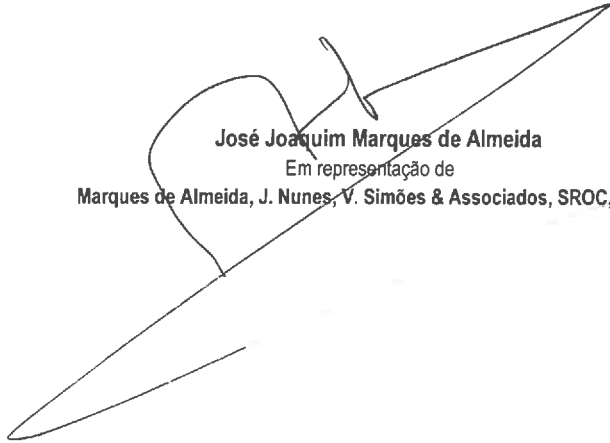
Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Porto de Mós cumpre o disposto no referido artigo.



<b>Ano de 2016</b>	<b>Montante</b>
(1) Valor das receitas correntes <b>brutas</b>	15.919.685,63
(2) Despesa corrente	12.085.688,72
(3) Amortizações médias dos empréstimos	342.398,06
<b>TOTAL (1) - (2) - (3)</b>	<b>3.491.598,85</b>
Equilíbrio orçamental (art. 40º da Lei 73º/2013 de 3/09)	<b>SIM</b>

Cumpre-nos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2016 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 06 de abril de 2017

  
**José Joaquim Marques de Almeida**  
Em representação de  
**Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.**



## ANEXO I

Activo	31.12.2016		31.12.2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Imobilizado:</b>						
Bens de Domínio Público	17.010.597,88 €	26,2%	17.542.142,45 €	29%	531.544,57 €	-3,03%
Imobilizações Corpóreas	37.385.511,23 €	57,5%	33.437.537,10 €	55%	3.947.974,13 €	11,81%
Imobilizações Incorpóreas	48.426,79 €	0,1%	91.840,56 €	0%	43.413,77 €	-47,27%
Investimentos Financeiros	986.685,15 €	1,5%	986.304,66 €	2%	380,49 €	0,04%
	<b>55.431.221,05 €</b>	<b>85,2%</b>	<b>52.057.824,77 €</b>	<b>84,9%</b>	<b>3.373.396,28 €</b>	<b>6,48%</b>
<b>Circulante:</b>						
Existências	<b>1.451.771,54 €</b>	<b>2,2%</b>	<b>1.660.415,72 €</b>	<b>3%</b>	<b>- 208.644,18 €</b>	<b>-12,57%</b>
Dividas de Terceiros - Médio e longo prazo						
Clientes	- €	0,00%	- €	0%	- €	n.a.
	- €		- €		- €	n.a.
Dividas de Terceiros - Curto Prazo						
Clientes c/c		0,0%		0%	- €	n.a.
Contribuintes c/c	32.077,07 €	0,0%	22.210,79 €	0%	9.866,28 €	44,42%
Utentes c/c	329.551,68 €	0,5%	295.840,14 €	0%	33.711,54 €	11,40%
Clientes / Contribuintes / Utentes Cobrança Duvidosa		0,0%		0%	- €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos	224.798,15 €	0,3%	195.045,28 €	0%	29.752,87 €	15,25%
Outros Devedores	265,50 €	0,0%	233.087,04 €	0%	- 232.821,54 €	-99,89%
	<b>586.692,40 €</b>		<b>746.183,25 €</b>		<b>- 159.490,85 €</b>	<b>-21,37%</b>
Títulos Negociáveis	- €		- €		- €	n.a.
Depósitos Bancários e Caixa						
Depósitos Bancários	3.682.964,24 €	5,7%	2.971.193,58 €	5%	711.770,66 €	23,96%
Caixa	1.738,82 €	0,0%	879,81 €	0%	859,01 €	97,64%
	<b>3.684.703,06 €</b>		<b>2.972.073,39 €</b>		<b>712.629,67 €</b>	<b>23,98%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>						
Acréscimos de Proventos	3.847.640,57 €	5,9%	3.889.604,37 €	6%	- 41.963,80 €	-1,08%
Custos Diferidos	45.303,14 €	0,1%	6.953,70 €	0%	38.349,44 €	551,50%
	<b>3.892.943,71 €</b>		<b>3.896.558,07 €</b>		<b>- 3.614,36 €</b>	<b>-0,09%</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>65.047.331,76 €</b>	<b>100%</b>	<b>61.333.055,20 €</b>	<b>100%</b>	<b>3.714.276,56 €</b>	<b>6,06%</b>



	31.12.2016		31.12.2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>						
<b>Fundos Próprios</b>						
Património	19.543.856,06 €	40%	17.634.090,22 €	39%	1.909.765,84 €	10,83%
Ajustamentos Partes de Capital		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas de Reavaliação		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas Legais	1.094.605,57 €	2,3%	993.381,26 €	2%	101.224,31 €	10,19%
Reservas Estatutárias		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas Livres		0,0%		0%	- €	n.a.
Subsídios		0,0%		0%	- €	n.a.
Doações	18.410,30 €	0,0%	18.410,30 €	0%	- €	0,00%
Resultados Transitados	26.230.158,07 €	54,3%	24.215.566,61 €	54%	2.014.591,46 €	8,32%
Resultado Líquido do Exercício	1.438.587,19 €	3,0%	2.024.486,25 €	5%	- 585.899,06 €	-28,94%
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>48.325.617,19 €</b>	<b>100%</b>	<b>44.885.934,64 €</b>	<b>100%</b>	<b>3.439.682,55 €</b>	<b>7,66%</b>
<b>Passivo:</b>						
Provisões para riscos e encargos						
Outras provisões p/ riscos e encargos	- €	0,0%			- €	n.a.
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo						
Dívidas a Instituições de Crédito	1.988.369,15 €	11,9%	2.559.746,78 €	16%	- 571.377,63 €	-22,32%
Fornecedores de Imobilizado C/C		0,0%		0%	- €	n.a.
Unidades de Participação - Fundo de Apoio Municipal	465.731,02 €	2,8%	698.597,02 €	4,2%	- 232.866,00 €	-33,33%
	<b>2.454.100,17 €</b>		<b>3.258.343,80 €</b>		<b>- 804.243,63 €</b>	<b>-24,68%</b>
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo						
Dívidas a Instituições de Crédito		0,0%		0%	- €	n.a.
Fornecedores c/c	201.063,79 €	1,2%	279.948,98 €	2%	- 78.885,19 €	-28,18%
Fornecedores facturas em recepção e conferência		0,0%		0%	- €	n.a.
Fornecedores Títulos a Pagar		0,0%		0%	- €	n.a.
Adiantamentos a Clientes		0,0%		0%	- €	n.a.
Clientes e Utentes c/ Caução de Água		0,0%		0%	- €	n.a.
Administração Autárquica	17.098,10 €	0,1%	882,84 €	0%	16.215,26 €	1836,72%
Fornecedores de Imobilizado C/C	16.367,68 €	0,1%	35.235,82 €	0%	- 18.868,14 €	-53,55%
Fornecedores de Imobilizado - Locações		0,0%		0%	- €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos	153.008,19 €	0,9%	121.242,56 €	1%	31.765,63 €	26,20%
Outros Credores	729.521,02 €	4,4%	653.831,79 €	4%	75.689,23 €	11,58%
Fornecedores de imobilizado - leasing		0,0%	11.969,75 €	0,1%	- 11.969,75 €	-100,00%
Unidades de Participação - Fundo de Apoio Municipal	116.433,00 €	0,7%	- €	0,0%	116.433,00 €	n.a.
Dívidas a instituições de crédito	284.334,04 €	1,7%	- €	0,0%	284.334,04 €	n.a.
	<b>1.517.825,82 €</b>		<b>1.103.111,74 €</b>		<b>414.714,08 €</b>	<b>37,59%</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>						
Acréscimos de Custos	651.133,73 €	3,9%	602.969,39 €	4%	48.164,34 €	7,99%
Proveitos Diferidos	12.098.654,85 €	72,4%	11.482.695,63 €	70%	615.959,22 €	5,36%
	<b>12.749.788,58 €</b>		<b>12.085.665,02 €</b>		<b>664.123,56 €</b>	<b>5,50%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>16.721.714,57 €</b>	<b>100%</b>	<b>16.447.120,56 €</b>	<b>100%</b>	<b>274.594,01 €</b>	<b>1,67%</b>
<b>Total dos Fundos próprios e Passivo</b>	<b>65.047.331,76 €</b>		<b>61.333.055,20 €</b>		<b>3.714.276,56 €</b>	<b>6,06%</b>



## ANEXO II

RUBRICAS	31 DE DEZEMBRO DE 2016		31 DE DEZEMBRO DE 2015		VARIACAO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>CUSTOS</b>						
CMVMC	739.705,48 €	4,58%	529.106,22 €	3,49%	210.599,26 €	39,80%
FSE	5.327.617,18 €	32,96%	5.224.856,33 €	34,43%	102.760,85 €	1,97%
CUSTOS COM O PESSOAL	4.903.109,97 €	30,34%	4.694.084,24 €	30,93%	209.025,73 €	4,45%
TRANSF. E SUBS. CORR. CONC. E PREST SOCIAIS	777.515,85 €	4,81%	738.033,57 €	4,86%	39.482,28 €	5,35%
AMORTIZAÇÕES DO EXERCICIO	3.667.503,35 €	22,69%	3.345.446,99 €	22,04%	322.056,36 €	9,63%
PROVISÕES DO EXERCICIO	13.836,94 €	0,09%	16.374,44 €	0,11%	-2.537,50 €	0,00%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	113.700,82 €	0,70%	49.128,72 €	0,32%	64.572,10 €	131,43%
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	10.720,50 €	0,07%	22.084,47 €	0,15%	-11.363,97 €	-51,46%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	608.452,95 €	3,76%	557.260,28 €	3,67%	51.192,67 €	9,19%
<b>TOTAL</b>	<b>16.162.163,04 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.176.575,26 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>985.587,78 €</b>	<b>6,50%</b>
<b>PROVEITOS</b>						
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2.269.843,28 €	12,90%	2.441.860,25 €	14,20%	-172.016,97 €	-7,04%
IMPOSTOS E TAXAS	4.442.248,48 €	25,24%	4.264.933,10 €	24,79%	177.315,38 €	4,16%
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TRABALHOS P/ A PROPRIA EMPRESA	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
PROVEITOS SUPLEMENTARES	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS OBTIDOS	8.482.038,14 €	48,19%	8.209.843,88 €	47,73%	272.194,26 €	3,32%
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	1.321.851,50 €	7,51%	1.177.097,21 €	6,84%	144.754,29 €	0,00%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	178.637,29 €	1,01%	53.195,52 €	0,31%	125.441,77 €	235,81%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	906.131,54 €	5,15%	1.053.931,55 €	6,13%	-147.800,01 €	-14,02%
<b>TOTAL</b>	<b>17.600.750,21 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.200.867,51 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>399.882,70 €</b>	<b>2,32%</b>

**RESULTADO LÍQUIDO** 1.438.587,19 €

**2.024.486,25 €**

**RESULTADOS OPERACIONAIS** 972.991,81 €

**1.496.703,93 €**

**RESULTADOS FINANCEIROS** 167.916,79 €

**31.111,05 €**

**RESULTADO EXTRAORDINÁRIOS** 297.678,59 €

**496.671,27 €**